

## RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA INTERPRETAÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E OS DESAFIOS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Ariana Inês Sachett

**GRUPO DE TRABALHO: GT7: Emergência climática, transição energética e ecodesenvolvimento:**

### RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo discutir a relação entre o patrimônio natural e o desenvolvimento regional no contexto da América Latina e Caribe, por meio de uma interpretação da sua formação socioespacial. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio do método teórico-dedutivo, cujo levantamento bibliográfico buscou elucidar a construção histórica da formação socioespacial da região, de modo a destacar a importância dos recursos naturais para o desenvolvimento e os desafios que podem ser destacados a problemática regional. Dessa forma, foi possível compreender os elementos que formaram os desafios contemporâneos da região como produções históricas, tais como os desequilíbrios externos das relações centro-periferia, as desigualdades socioeconômicas e a problemática ambiental. Sendo assim, a hipótese de alcançar um desenvolvimento sustentável com base na dotação dos recursos naturais não se concretiza caso as lacunas estruturais do desenvolvimento latino-americano não sejam trabalhadas na construção de uma sustentabilidade particular a região.

Palavras-chave: Recursos Naturais. Formação Socioespacial. Desenvolvimento Regional. Sustentabilidade.

### 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da formação socioespacial da América Latina e Caribe é possível visualizar a relevância do seu patrimônio natural, tanto para o desenvolvimento de oportunidades, quanto para a constituição de desafios regionais. Com um patrimônio composto por recursos bióticos e abióticos, a região possui ampla biodiversidade, florestas e solos cultiváveis, assim como detém um terço da água doce do mundo, potencial de energia renovável e reservas de minerais e hidrocarbonetos relevantes. Contudo, a região também possui problemáticas estruturais e desigualdades sociais e econômicas significativas, constituídas em relação ao ambiente global, como também em relação ao ambiente interno. Dentre elas, a especialização produtiva primário-exportadora que detém insuficiente elasticidade-renda das exportações, a restrição do balanço de pagamentos, a heterogeneidade estrutural interna que reproduz as

desigualdades socioeconômicas e a reprodução de padrões de produção e consumo com impactos sobre o patrimônio natural (Sánchez; León, 2024).

A partir da atual conjuntura ambiental, demarcada pela degradação ambiental em um contexto de poluição, mudanças climáticas e geração intensiva de resíduos, as desigualdades políticas e socioeconômicas também são colocadas diante da incompatibilidade da relação entre as necessidades humanas ilimitadas e os recursos escassos, especialmente na reprodução dos padrões de consumo e produção dos países do capitalismo central. Como uma questão complexa, dinâmica e em constante transformação, entender a dimensão ambiental nesse contexto inclui e transcende os elementos do mundo natural, pois engloba as relações entre as pessoas, o meio em que vivem e como elas se apropriam do espaço ao longo do tempo. Isto demanda conhecimentos sobre os meios físicos e bióticos, assim como sua articulação histórica com a dimensão socioeconômica, em um contexto circunscrito a um dado ambiente político-institucional e no qual estes aspectos interagem ao longo do tempo e espaço (Bursztyn; Bursztyn, 2012).

Com origens na intensificação do volume de produção industrial, do padrão de consumo e da contínua exploração da natureza como recurso, a conjuntura ambiental alcança os territórios de forma heterogênea, assim como as diferentes configurações de desenvolvimento regional. Com essa abordagem, este ensaio tem como objetivo discutir a relação entre o patrimônio natural como recurso e o desenvolvimento regional no contexto da América Latina e Caribe, por meio de uma interpretação da sua formação socioespacial. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio do método teórico-dedutivo, cujo levantamento bibliográfico buscou elucidar a construção histórica da formação socioespacial da região, de modo a destacar a importância dos recursos naturais para o desenvolvimento e os desafios que podem ser destacados a problemática regional.

## **2 UMA INTERPRETAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE**

A relação entre seres humanos e patrimônio natural remonta desde o início do desenvolvimento da humanidade, de modo a demonstrar a apropriação do espaço pelos grupos humanos. Todavia, a interpretação dessa relação e seus significados foram diversos ao longo do tempo, tanto em relação ao estágio das sociedades, como em relação aos diferentes territórios do planeta. Como uma região com importante dotação de patrimônio natural, os recursos naturais da América Latina e o Caribe foram apropriados tanto para consumo interno, como para exportações para outras regiões. Este último elemento contribuiu para a inserção econômica internacional e para o crescimento econômico da região, contudo,

a pressão de exploração sobre o meio ambiente se mantém, assim como as desigualdades econômicas e sociais encontradas em seus territórios (CEPAL, 2024).

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL, 2024), diante da problemática ambiental atual e da busca pelo desenvolvimento sustentável, se faz necessária uma mudança estrutural na matriz de produção e energia da região. É neste espaço que se encontram aproximadamente 20% das reservas de petróleo do mundo, pelo menos 25% de alguns dos metais estratégicos e mais de 30% das florestas primárias e cerca de 32% da água doce. Além disso, as atividades econômicas baseadas em recursos naturais representam 12% do valor agregado, 16% do emprego e 50% das exportações regionais, o que demonstra a importância relativa para suas economias, geração de emprego e renda, mas que também provoca impactos negativos ao meio, acumulando efeitos nos territórios e gerando conflitos socioambientais (CEPAL, 2024).

Em uma análise sobre como os recursos naturais se colocam na história do pensamento econômico, Domínguez (2024) recapitula a trajetória de ideias até o final da década de 1970, momento de inflexão da economia ecológica como alternativa de paradigma em relação a economia neoclássica. Ao percorrer a transformação da relação de apropriação do patrimônio natural nas Ciências Econômicas, como recurso disponível para satisfação das necessidades humanas, o autor demonstra as mudanças de paradigma teórico sobre a dotação dos recursos naturais<sup>1</sup>. Para Domínguez (2024) há quatro grandes linhas de interpretação, a primeira seria a noção da natureza a serviço das necessidades humanas, a qual percorre ininterruptamente em diversas abordagens até a atualidade. A segunda, pode ser dividida em duas trajetórias, com (1) a ideia dos recursos naturais como fonte de riqueza abundante até o final do século XVIII, mas com extensões aos países novos e subdesenvolvidos até a década de 1970, e com (2) a concepção dos recursos naturais, em termos de escassez, como limitantes do crescimento econômico, principalmente a partir do século XVIII. A terceira linha, que surgiu a partir do século XVIII, está relacionada com o desenvolvimento econômico como resultado da diversificação da estrutura produtiva, se apoiando na abundância dos recursos naturais para tal.

Já a quarta linha, que surge em meados do século XX, demonstra a impossibilidade de alcançar um desenvolvimento sustentável com base na dotação dos recursos naturais (Domínguez, 2024). Esta percepção pode ser associada a intérpretes do desenvolvimento latino-americano, como o estruturalismo cepalino fundado no paradoxo do desenvolvimento centro-periferia, os teóricos da dependência, em suas diferentes interpretações, e o neoestruturalismo. Nessa confluência, ao mesmo tempo em que a concepção de

---

<sup>1</sup> Dotação dos recursos naturais representa a soma de recursos esgotáveis, recursos renováveis e os serviços ecossistêmicos de regulação, como clima e os ciclos hidrológicos (Domínguez, 2024).

desenvolvimento se transformava, ao se relacionar com a tese da maldição da abundância dos recursos, essas correntes convergiram com a literatura crítica do extrativismo, de modo a construir outra grande contribuição da América Latina ao pensamento econômico sobre os recursos naturais, a interpretação ecologista do bem viver como alternativa ao desenvolvimento (Domínguez, 2024), como também na incorporação da dimensão ambiental pelo neoestruturalismo ecológico (Sánchez; León; Porcile, 2024).

Com a transformação da abundância para a escassez e as mudanças na teoria do valor, os recursos naturais passaram de ser a fonte autogeradora da riqueza a ser um estoque produtivo apropriado e com valor de troca, tal como o capital. Dessa forma, deixaram de ser herança comum da humanidade, para ser uma riqueza que deveria ser apropriada e valorizada pelos centros em detrimento das periferias, as quais foram primeiro colônias e depois países subdesenvolvidos. Quando a hipótese da escassez relativa dos recursos naturais foi superada pelo progresso tecnológico, isto deixou de ser um fator limitante para o desenvolvimento econômico, de modo a desnaturalizar a economia. Assim, com a abordagem da economia neoclássica, a hipótese da inesgotabilidade dos recursos naturais e sua produção por meio do capital e do progresso tecnológico evoluiu para a de substitutibilidade perfeita do capital natural, como estoque produtivo com valor de mercado, até que a irrupção da crise ambiental na década de 1970 resultou em uma ruptura epistemológica provocada pela lei da entropia e o paradigma da economia ecológica (Domínguez, 2024).

Tal análise proposta por Domínguez (2024) apresenta a evolução do pensamento econômico em relação aos recursos naturais o que, como reflexo empírico da economia e da sociedade, demonstra a própria evolução do sistema econômico, uma das dimensões que compõem a apropriação do espaço e desenvolvimento regional. Com o objetivo de discutir a relação entre recursos naturais e desenvolvimento a partir da interpretação da formação socioespacial da América Latina e Caribe, esse ensaio procurou compreender os elementos que formaram os desafios contemporâneos da região como produções históricas, tais como os desequilíbrios externos das relações centro-periferia, as desigualdades socioeconômicas e a problemática ambiental. Isto porque, a formação socioespacial (Santos, 1982) compreende um processo de transformação histórica que possui como resultado relações internas e externas, com tensões, conflitos, cooperação e solidariedade na apropriação do espaço pela sociedade. Para a compreensão do processo, é preciso buscar entender a mudança e evolução das sociedades, ao longo do tempo e do espaço, de modo a reconhecer as características do território. Além disso, analisar a formação socioespacial das regiões possibilita leituras sobre as razões do desenvolvimento desigual, assim como suas potencialidades e desafios.

A partir do processo histórico de formação social, política e econômica, aliado a inserção econômica internacional da América Latina e Caribe, foram produzidas marcas em

uma trajetória que construiu um processo de desenvolvimento próprio da região, tratado por algumas perspectivas como subdesenvolvimento (Furtado, 1965). Ao examinar a soberania e a política econômica dos países latino-americanos e do Caribe, Cano (2000) compreende que cada um é portador de especificidades, ao que pese as diferenças nos seus aspectos mais relevantes, tais como os passados coloniais, as distintas dimensões geográficas e econômicas, estruturas produtivas e de comércio exterior, como também os processos de urbanização, a constituição de suas culturas, o posicionamento do Estado Nacional e suas elites, entre outros. Contudo, o processo de colonização, suas características estruturais, inserção econômica internacional, formação dos Estados nacionais e sociedades, constituíram condicionantes a trajetória dos países latino-americanos.

Em que pesem suas especificidades, colonização, luta pela independência, servidão e escravidão negra (e as várias formas de trabalho indígena forçado), além da inserção internacional da economia e constituição e consolidação do Estado nacional, tais fatos constituíram processos que, em sua maioria, deixaram fortes marcas do autoritarismo, do conservadorismo e da violência em nossa herança social. Assim, todos os países passaram, e muitos ainda passam, pelas sequelas da violência, do autoritarismo civil e militar, da escravidão e da estrutura da propriedade da terra que impregnaram nossas estruturas sociais (Cano, 2000, p. 12).

A partir do sistema de colonização, com a implantação da agricultura tropical nas regiões portuguesas e a busca e produção de metais preciosos nas regiões espanholas (Furtado, 1986), ainda que em momentos diferentes, a inserção da América Latina e do Caribe no sistema econômico mundial foi precária e condicionada pela extração e apropriação, pelas metrópoles, do excedente produzido (Cano, 2000), originado a partir da abundância do patrimônio natural disponível na região, corroborando a era da abundância dos recursos naturais descrita por Domínguez (2024). Em busca de minérios, como ouro e prata, alimentos e especiarias, o sistema econômico comercial promoveu a expansão ultramarina europeia, o que marcou o lugar que as diferentes regiões do mundo passariam a ocupar, em termos de desenvolvimento, no novo sistema econômico capitalista. Na articulação política e econômica mundial, as áreas envolvidas foram especializadas produtivamente, passando a produzir bens econômicos, subjugadas como unidades produtoras e de exploração (Rezende Filho, 2007; Furtado, 1986).

Por meio de uma relação de dependência estrutural, econômica e política, a acumulação primitiva de capital viabilizou o sistema econômico capitalista central, de modo a impor uma divisão social do trabalho em nível mundial. Dessa forma, os diferentes ritmos de desenvolvimento passaram a ser caracterizados em relações centro-periferia e a América se transformou em região periférica ao desenvolvimento europeu (Rezende Filho, 2007). Como colônias de exploração, a estrutura de produção era baseada no trabalho compulsório, em um

regime comercial de monopólio entre metrópole e colônia, que ocorria por meio de trocas desiguais. Tal grau de dominação variou de acordo com o peso econômico das regiões nos diferentes momentos da etapa colonial (Furtado, 1986), em um contexto em que as metrópoles constituíram estruturas políticas e administrativas diversas para o controle colonial (Rezende Filho, 2007).

Nesse processo, as características comuns às colônias foram a grande propriedade rural, como latifúndios, a especialização produtiva de monoculturas ou mineração e a comercialização externa via exportações (Rezende Filho, 2007; Furtado, 2007; 1986), o que demonstra a apropriação do patrimônio natural da região com fins de extração e exploração econômica em termos da abundância desses recursos. Como consequência, a implementação da grande propriedade rural provocou a concentração de renda e a concentração fundiária, além de estimular o crescimento da produção por meio da expansão das áreas cultivadas, conforme o esgotamento dos solos e a disponibilidade de terras férteis. Ainda, a especialização produtiva manteve a economia da colônia como complementar e dependente à europeia, com foco na produção de gêneros tropicais e controle à diversificação produtiva (Rezende Filho, 2007).

Com base nos fundamentos econômicos da ocupação territorial, Furtado (2007; 1986) analisa a formação econômica do Brasil e da economia latino-americana. No primeiro caso, o autor avalia a constituição de ciclos produtivos na trajetória histórica, demonstrando desde a expansão comercial europeia como constituinte da ocupação econômica das terras americanas, até a formação da empresa agrícola, o fim da etapa colonial, a economia escravista de agricultura tropical, a transição para o trabalho assalariado e a transição para um sistema industrial, elementos determinantes para a formação do processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil. Em relação a América Latina e Caribe, Furtado (1986) analisa o processo de conquista à formação dos Estados nacionais de forma “acidentada”, a inserção dos países na divisão internacional do trabalho, o quadro das estruturas tradicionais que, em conjunto com as características do processo de industrialização tardio, reorientaram o desenvolvimento ao longo do século XX, determinando e mantendo a questão da dependência externa nas relações internacionais e nos ensaios de políticas de reconstrução estrutural, mesmo que em outros formatos.

Tais condições impuseram implicações na constituição do processo histórico de desenvolvimento (Furtado, 1965), ainda que determinado por uma matriz estrutural diversa, o que influenciou a trajetória dos países latino-americanos ao longo das transformações do sistema capitalista. A inserção da região na grande expansão do comércio internacional a partir da Revolução Industrial se deu de forma subordinada aos interesses do imperialismo, o que alterou volume, estrutura e valor das exportações, como também configurou o tipo de infraestrutura, o mercado de trabalho, a distribuição de renda, o papel do Estado (Cano, 2000),

características históricas que marcaram a formação socioespacial e o desenvolvimento da região. Reconhecendo as estruturas do sistema de produção e organização social, Furtado (1965; 1974) analisa o desenvolvimento, a partir do subdesenvolvimento da região, como um processo histórico autônomo, com forças de interação que se reproduzem no tempo, principalmente a partir da modernização dessas estruturas, em busca de um padrão de consumo dos países desenvolvidos e da dependência da periferia.

Mesmo com o rompimento dos laços de dependência política das Américas portuguesa e espanhola com as metrópoles, isto não mudou a condição como área periférica e de dependência econômica. A partir de então, passou a existir um imperialismo informal (Rezende Filho, 2007), em diferentes relações centro-periferia, principalmente pela economia voltada ao mercado externo produzindo matérias-primas de interesse aos países industrializados (Rezende Filho, 2007). Com a expansão do sistema comercial e depois do advento da Revolução Industrial, o desenvolvimento econômico subsequente foi condicionado em quase todas as regiões do mundo com base em relações assimétricas, em que os países latino-americanos se inseriram em três tipos de economia exportadora de produtos primários, a exportadora de produtos agrícolas de clima temperado, a exportadora de produtos agrícolas tropicais e a exportadora de produtos da mineração (Furtado, 1986; Rezende Filho, 2007). Expandindo-se às regiões com sistemas econômicos pré-capitalistas, o efeito do impacto sobre essas estruturas variou de região para região, de acordo com as circunstâncias locais. Isto constituiu um processo histórico, autônomo e particular, em que as economias locais se prendem em uma condição de desequilíbrio externo, precária industrialização e inflação determinadas pelo processo de dependência externa e questões estruturais internas (Furtado, 1965; 1986).

Na sequência, o século XX foi um período de transformações na geopolítica mundial o que, com a diversidade da experiência histórica latino-americana, são construídas interpretações da problemática por autores da própria região, em distintas situações que cobrem o processo de desenvolvimento. Nesse momento, também, se constituem discussões e propostas para promover o desenvolvimento da região. Por exemplo, para Furtado (1965, 1974), a primeira condição para se libertar do subdesenvolvimento seria escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se autointitulam desenvolvidos, ou seja, deixar a reprodução dos padrões de consumo do centro, para lidar com as questões estruturais internas, como o endividamento externo, a concentração de renda e as desigualdades socioeconômicas.

Em relação a soberania e política econômica na América Latina e Caribe, em relação ao século XX, Cano (2000) demarca dois tópicos relevantes, o primeiro de 1929-1979, como sendo um longo grau de elevada soberania nacional, tanto no exercício, como no manejo da política econômica de “desenvolvimento”, mesmo ainda com influências imperialistas externas

e com restrições de crescimento de cunho estrutural. A partir da década de 1970, o segundo período inicia uma reestruturação econômica e um ajuste fiscal na periferia, com a crise da dívida, momento no qual são realizadas ações relacionadas ao Consenso de Washington e às medidas financeiras internacionais (Cano, 2000). Estes últimos aspectos proporcionaram transformações políticas, econômicas e institucionais recentes nas trajetórias nacionais e de integração da América Latina e Caribe, assim como nas relações centro-periferia.

Em relação às teses sobre o subdesenvolvimento da região, as percepções sobre as características e a dinâmica do capitalismo latino-americano se diferenciam a dos países desenvolvidos. Ao considerar que o subdesenvolvimento não é uma perspectiva isolada, mas uma consequência do processo de dependência do desenvolvimento europeu, que contempla a dimensão econômica, política, social, técnico-científica e ambiental em termos estruturais do capitalismo na América Latina e Caribe, pode se destacar que “o subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência” (FURTADO, 1974, p.94). Assim, o esforço latino-americano para compreensão da sua história perpassou, além da sua formação econômica e social da etapa colonial, pelo processo de industrialização tardio, às economias primárias exportadoras, com o desequilíbrio externo determinado pela deterioração dos termos de troca, endividamento e inflação.

Além disso, as relações entre as estruturas agrárias que fundamentaram a inserção do capitalismo na região, influenciaram a distribuição da renda e a organização social. Mesmo com as mudanças voltadas à industrialização no século XX, os fatores exógenos aliados a questões internas, como a difusão irregular do progresso técnico, o excedente de mão de obra, a implantação da modernização pela reprodução do padrão de consumo e de produção dos países centrais, ainda mantiveram o caráter de vulnerabilidade externa. Além disso, as vulnerabilidades sociais como pobreza, fragilidades das instituições democráticas e a defasagem das políticas monetárias e cambiais, demonstraram novas formas de dependência, em que pese as economias regionais, cuja importância relativa variou de país para país e de uma época para outra (Furtado, 1986; 1965).

Para além de uma visão econômica, Stavenhagen (2014) analisa teses de caráter sociológico sobre a América Latina, discute seu conteúdo equivocado para compreender os determinantes do subdesenvolvimento. A primeira tese, de que os países latino-americanos seriam sociedades duais, compostas por uma sociedade arcaica, tradicional e agrária, e por uma sociedade moderna, urbanizada e industrializada, ao refutar essa tese o autor esclarece que isto representa um único processo histórico, estabelecido pela conquista colonial da América como uma expansão comercial das metrópoles. Para Stavenhagen (2014), nesse processo se desenvolve uma única sociedade global, em que ambos os polos são integrantes de uma economia mercantilista orientada aos mercados consumidores da Europa,



determinando uma causalção circular cumulativa em que existem grandes diferenças sociais e econômicas entre as áreas rurais e urbanas. Todavia não é somente a existência de duas “sociedades”, mas a relação entre elas em um colonialismo interno, o que faz com que o subdesenvolvimento siga e não preceda ao desenvolvimento.

Outra tese apresentada por Stavenhagen (2014) seria de que o progresso na América Latina se realizaria mediante a difusão de produtos industriais nas zonas arcaicas, o que promoveria uma cultura urbana e industrial, com o efeito da modernização como transição para o desenvolvimento em etapas. O autor esclarece que isto não implica em desenvolvimento, mas em uma inserção comercial que estanca a economia local e gera fluxos de capital e pessoas para fora da região, em uma relação de dependência e intercâmbio desigual. Portanto, a tese correta a ser apresentada seria de que o progresso das áreas modernas urbanas e industriais da América Latina se faz às custas das áreas atrasadas. Ainda, também haveria a tese da existência de zonas arcaicas, como um obstáculo para a formação do mercado interno e para o desenvolvimento do capitalismo nacional e progressista. Para Stavenhagen (2014), não existia em nenhuma parte da América Latina um capitalismo nacional progressista, nem condições internacionais para que este se desenvolvesse, reforçando que o crescimento econômico não implica em mudanças estruturais.

Ao discutir a tese de que a burguesia nacional teria interesse em romper o poder e o domínio da oligarquia fundiária, Stavenhagen (2014) coloca que não parecia ocorrer esse conflito de interesses, pois os interesses agrícolas, financeiros e industriais são conjugados, por vezes pelos mesmos grupos econômicos, companhias ou até pelas mesmas famílias. Segundo o autor, não existiria nenhuma razão paraestrutural para que a burguesia nacional e a oligarquia fundiária não se entendam, visto que elas se complementam pelo colonialismo interno, o qual beneficia por igual as duas classes sociais. Em conclusão com as demais teses apresentadas, Stavenhagen (2014) assinala que os perpetuadores destas eram muito otimistas, de modo a subestimar as tarefas que a América Latina precisaria cumprir. Para o autor, o “maior inimigo” do desenvolvimento econômico e social latino-americano seria o colonialismo interno, um produto do imperialismo e neocolonialismo que constituem obstáculos ao processo de desenvolvimento.

Outra abordagem particular sobre o tema se dá pela teoria da dependência. Em análise a sua constituição, Santos (2000) sinaliza que esta surge na América Latina nos anos 1960 na tentativa de explicar as novas características do desenvolvimento dependente. Nesse contexto, há quatro ideias centrais da escola da dependência destacados pelo autor, a de que o subdesenvolvimento está conectado com a expansão dos países industrializados; o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal; o subdesenvolvimento não é condição primeira para um processo evolucionista; e

a dependência não é só um fenômeno externo, mas se manifesta sob diferentes formas na estrutura interna, seja social, ideológica e política. Em uma interpretação particular e dinâmica sobre a dependência na relação centro-periferia, a qual pode se diferenciar de outras correntes da teoria da dependência, Cardoso e Falleto (1973) apresentam que é possível o desenvolvimento através da dependência, demonstrando a importância da internacionalização das economias latino-americanas para o seu benefício. Contudo, para tanto, seria preciso encontrar um modelo de dependência de acordo com as questões históricas das regiões, que consiga superar os problemas das estruturas internas transformando a condição de dependência e o próprio subdesenvolvimento.

Ao pensar o desenvolvimento por vias latino-americanas, se expandiu seu significado, rompendo com a ideia de um desenvolvimento conectado com as etapas do progresso e crescimento econômico, estudados a partir dos países centrais e em busca por sua universalização. Nesse sentido, a publicação de Furtado (1974), “O mito do desenvolvimento econômico”, destaca uma nova interpretação sobre a superação do subdesenvolvimento, ao demonstrar que o almejado desenvolvimento econômico era uma falácia, em relação a reprodução do padrão de consumo dos países desenvolvidos. O autor constata que a industrialização, sem reformas de base, não promoveu uma economia desenvolvida na América Latina, demonstrando que o caminho para a plena realização humana será diferente do empregado pelo centro.

O desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista (Furtado, 1974, p. 75).

Nesse contexto, ainda que se referindo ao desenvolvimento econômico, Furtado (1974) articula a dimensão ecológica na discussão do processo de subdesenvolvimento, principalmente ao considerar um sistema econômico planetário. Conforme o autor, a exploração de recursos naturais em escala planetária, diante da crescente dependência dos países altamente industrializados vis-à-vis dos recursos naturais dos demais países, ainda que na década de 1970, levaria a consequências a periferia pelo uso predatório de tais recursos. Nesse sentido, “a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso” (Furtado, 1974, p. 19). Como a estrutura do modelo se baseia nas economias que lideraram o processo de industrialização, estas puderam utilizar os recursos naturais de mais fácil acesso e lograram o controle de grande parte dos recursos não renováveis encontrados nos países subdesenvolvidos (Furtado, 1974).

Esta perspectiva pode ser relacionada com a quarta linha levantada por Domínguez (2024), a qual apresenta a convicção da impossibilidade de alcançar um desenvolvimento sustentável com base na dotação dos recursos naturais. Diante das especificidades do fenômeno do subdesenvolvimento, Furtado (1974) sugere que, como a expansão do sistema no centro depende cada vez mais de acesso às fontes dos recursos localizados na periferia, a utilização das reservas de recursos naturais como um instrumento de poder pelos estados periféricos requer uma articulação entre países, o que não constitui uma tarefa fácil, tese que ainda permanece. Somente a dotação dos recursos naturais, como fonte de diversificação produtiva e desenvolvimento econômico, terceira linha apresentada por Domínguez (2024), portanto, não empodera um processo de desenvolvimento regional, para tanto, é necessário lidar com as questões estruturais internas, as quais mantêm as condições de dependência e exploração, em um caminho nunca trilhado até então.

Em relação a isso, Furtado (1974) indaga em como negar a ideia que foi de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar sacrifícios, “para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo?” (Furtado, 1974, p. 75). O autor conclui que a ideia do desenvolvimento econômico é um simples mito que, com sua retórica, se desviou das necessidades da coletividade para focar em investimentos, exportações e crescimento, elementos voltados a ideia de progresso e modernização das sociedades como trajetória a ser seguida. Dessa forma, o desenvolvimento da região estaria ligado a um caminho jamais trilhado e com diversas janelas de oportunidade, nas mediações entre as relações externas e as estruturas internas, alinhando-se a ideia da quarta linha de pensamento apresentada por Domínguez (2024), a de que é impossível alcançar um desenvolvimento sustentável com base exclusiva nos recursos naturais.

Diante da busca por um desenvolvimento sustentável, na América Latina e Caribe a relação entre patrimônio natural e desenvolvimento está presente nos desafios contemporâneos, assim como esteve ao longo da sua trajetória histórica. Na esfera ambiental, com o dilema da transformação do solo por via de desmatamento, aliado a especialização primário-exportadora, mantida desde os tempos coloniais, perda de patrimônio natural em relação ao futuro, uso ineficiente dos recursos naturais, aliado a necessidade de um impulso para a sustentabilidade, constitui uma pressão crescente sobre o ambiente e sobre a capacidade de dispor de recursos naturais e serviços ecossistêmicos críticos. Em termos da esfera econômica, as principais questões se encontram em como o condicionante estrutural convida ao aumento da exploração, relacionado a relação entre exportações e importações, restrição do balanço de pagamentos, assimetrias produtivas e tecnológicas, endividamento externo, pressão entre produtos manufaturados e tecnologias, além dos processos extrativos

que concentram valor e não criam riqueza para a região, aspectos que demandam em suas tratativas uma mudança estrutural (CEPAL, 2024).

Em relação a esfera social, embora a dotação dos recursos naturais gere emprego, renda e receitas fiscais, em suas limitações, a distribuição desigual de seus benefícios e custos se constitui como fonte de conflitos socioambientais que tendem a aumentar caso a exploração siga aumentando. Nestes últimos 50 anos, se pode considerar melhorias no processo de desenvolvimento da América Latina e Caribe, contudo, os níveis de desigualdades socioeconômicas ainda se mantêm como um dos principais dilemas da região (CEPAL, 2024). Diante destes desafios, com a tendência de a emergência ambiental agravar as assimetrias do desenvolvimento da América Latina e Caribe, vinculado a uma governança complexa e baixas capacidades institucionais, os antigos problemas aumentam de gravidade. Isto porque, se não houver mudanças estruturais, que reduzam simultaneamente as lacunas econômicas, sociais e ambientais, o intercâmbio ecológico desigual com o resto do mundo será perpetuado, visto que a região envia mais materiais, água e energia do que recebe, de modo a multiplicar as brechas já existentes.

Como um produto histórico, os aspectos apresentados nesse ensaio destacam que a história de cada território importa para a compreensão dos dilemas contemporâneos, assim como o entendimento de que a ciência social e a natureza estão conectadas. Este elemento é ressaltado pelo desenvolvimento regional, o qual articula como as tendências gerais se operacionalizam nos territórios, sendo que a região se coloca como mediação das relações entre os atores e as demais escalas na apropriação do espaço pelas sociedades. Sendo assim, a hipótese de alcançar um desenvolvimento sustentável com base na dotação dos recursos naturais não se concretiza caso as lacunas estruturais do desenvolvimento latino-americano não sejam trabalhadas na construção de uma sustentabilidade particular a região.

### **3 CONCLUSÕES**

Ao longo do século XX, a América Latina deixou de ser uma expressão geográfica para se transformar em uma realidade histórica, em decorrência da ruptura do quadro tradicional da divisão internacional do trabalho, dos problemas de uma industrialização tardia e da evolução das relações internacionais de dependência. Ainda que existam especificidades regionais, as raízes na formação social, política e econômica da América Latina e Caribe constituíram elementos determinantes na construção dos Estados e das sociedades inseridas na região, conectadas por um passado colonial e pelas teses das trajetórias de desenvolvimento. Isto contribui para interpretar a questão regional, mas também compreender

as possibilidades e os desafios da apropriação dos recursos naturais nos territórios latino-americanos.

Diante da ampliação do consumo e produção, que aumentam a pressão sobre o patrimônio natural, da desigual distribuição dos benefícios e custos da apropriação dos recursos naturais, a crise ambiental tem potencial de agravar as lacunas estruturais do desenvolvimento da América Latina e Caribe, assim como os conflitos socioambientais presentes nesse contexto. Ao encarar o subdesenvolvimento da região como um processo conectado à expansão dos países centrais, desenvolvimento e subdesenvolvimento se constituem como polos de um mesmo fenômeno, em que a relação de dependência não é somente uma questão externa, mas está presente nas estruturas internas da organização social. Estes aspectos são analisados por diferentes interpretações, pelo foco na relação centro-periferia, pela análise do subdesenvolvimento, colonialismo interno e relação de dependência, perspectivas que demonstram que a construção social histórica das questões internas da América Latina e Caribe permanecem nos dilemas atuais do século XXI.

Por meio de respostas históricas, em trajetórias que são cada vez mais difíceis de mudar, as dificuldades de coordenação no plano interno ou até mesmo regional se acentuam. Com a continuidade da pressão cumulativa sobre os recursos naturais pela exploração, a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente se expande. Considerando o contexto da formação socioespacial da América Latina e Caribe, suas relações externas na divisão internacional do trabalho, dotação de recursos naturais e as questões estruturais internas, a região se mantém presa em velhos dilemas enquanto os novos surgem de modo a agravar os desafios da sua trajetória de desenvolvimento e busca por sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria A. *Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Panorama de los recursos naturales en América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL, 2024. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/69138-panorama-recursos-naturales-america-latina-caribe-2023>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

DOMÍNGUEZ, Rafael. Los recursos naturales en la historia del pensamiento económico. In: SÁNCHEZ, Jeannette; LEÓN, Mauricio (Coords.). *Recursos naturales y desarrollo*

*sostenible: propuestas teóricas en el contexto de América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL, 2024. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/68812-recursos-naturales-desarrollo-sostenible-propuestas-teoricas-contexto-america>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1986.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1965.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. *História econômica geral*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SÁNCHEZ, Jeannette; LEÓN, Mauricio (Coords.). *Recursos naturales y desarrollo sostenible: propuestas teóricas en el contexto de América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL, 2024. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/68812-recursos-naturales-desarrollo-sostenible-propuestas-teoricas-contexto-america>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SÁNCHEZ, Jeannette; LEÓN, Mauricio; PORCILE, Gabriel. Hacia un Neoestructuralismo Ecológico. In: SÁNCHEZ, Jeannette; LEÓN, Mauricio (Coords.). *Recursos naturales y desarrollo sostenible: propuestas teóricas en el contexto de América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL, 2024. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/68812-recursos-naturales-desarrollo-sostenible-propuestas-teoricas-contexto-america>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SANTOS, Milton. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método*. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Theotonio dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.